

FRANCO JR., Hilário, **A Eva barbada**. Ensaio de mitologia medieval. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. 256 p.

Tornou-se costume no meio intelectual brasileiro (seria uma questão de **marketing**?) dar títulos chamativos às publicações. O título pode ser uma frase de efeito, aparecendo, logo a seguir, em forma quase “professoral”, a verdadeira temática do trabalho. Esse costume tem se alastrado nas academias: as dissertações e teses ganham longos subtítulos em função de um título não muito claro, embora atraente.

Por isso, a obra resenhada deve ser apreciada mais pelo subtítulo, uma vez que se enquadra nas considerações acima. Não que condenemos o autor por preferir chamar a atenção para o estudo que trata do mito etiológico situado nas origens dos fenômenos divinos e humanos, ou seja, o mito edênico, o Éden perdido, cuja origem e explicação geraram controvérsias. Até entendemos sua atitude. Afinal, a Eva “barbada” mereceu o registro iconográfico feito na Abadia de Saint Savin, França, no começo do século XII. Por isso, o tema do nono ensaio da presente obra (pp. 175-198) não pode ser desprezado. Mas, frisamos que o subtítulo é o melhor indicador de seu conteúdo. Até porque o prefaciador, Jean-Claude Schmitt, da École des Hautes Études en Sciences Sociales, de Paris, formula uma interrogação, dando conta da questão espinhosa empreendida pelo autor: “É legítimo falar em ‘mitologia’ a propósito da cultura cristã do Ocidente medieval?” (p. 13). O cuidado dessa indagação pode ser encontrado logo após algumas linhas: “De fato, a tradição cristã sempre opôs aos mitos — **fabulae**, como denominavam os Pais da Igreja, seguindo autores da latimidade pagã — a Verdade única da Revelação e da História Santa, a **História** por excelência”.

De fato, o cristianismo nascente não aceitou abertamente os mitos pagãos, no que foi seguido pelos medievais. Portanto, falar em “mitologia medieval” é provocar resistência de muitos historiadores. Por outro lado, é inegável que os ilustres pensadores da Idade Média buscavam, nos símbolos, a interpretação dos grandes mistérios. O fato teria ocorrido na própria tarefa literária e, especialmente, no exercício da interpretação. As alegorias despertavam a atenção dos grandes pensadores medievais (cf. o ensaio “A vinha e a rosa: sexualidade e simbolismo em **Tristão e Isolda**”, p. 137ss.). Não é gratuita, portanto, a

proibição da leitura da Bíblia pelos leigos, ponto que vai ser grandemente discutido por ocasião da Reforma. É fundamentada no juízo de que as pessoas não preparadas para tal empreitada jamais conseguiriam atingir os profundos mistérios contidos na Palavra Divina, não detectados na literalidade do texto, que a Igreja mantinha essa posição. Já aos **clerici**, a leitura não apenas era facultada, como exigida. E não somente no que concerne aos livros canônicos. Aliás, as autoridades religiosas, de Agostinho a Isidoro de Sevilha, alcançando, posteriormente, Vicente de Beauvais, embora rejeitassem a inspiração dos livros apócrifos, recomendavam a leitura dos mesmos, pois o proveito estaria no seu conteúdo simbólico, altamente instrutivo para tal hermenêutica. Não sendo obras de santos, pelo menos poderiam ser considerados de autoria de grandes poetas (p. 51).

Se, na Idade Média, por um lado, não se reproduzia a velha mitologia dos pagãos, santos poderiam ser evocados em momentos específicos da vida cotidiana. “Eram milhares de santos substituindo o politeísmo pagão, cada um podendo ser invocado para momentos específicos da vida cotidiana” (p. 160). Mas é bom ressaltar que tal evocação não se restringia ao hagiológico oficial. Indivíduos que tivessem realizado algo importante para a comunidade eram evocados. Era a prática de transformar “quaisquer mitos em santos” (p. 160). A normatização e o controle eclesiástico para a canonização não impedia o surgimento de novos santos populares e (pasmem!) até de animais, como o caso do “cachorro santo” ao qual J. C. Schmitt dedicou estudo especial (cf. *Le Saint Lévrier*. Paris: Flammarion, 1979).

Mas, para aguçar a curiosidade do leitor e remetê-lo à obra (razão maior desta resenha), consideremos o ensaio que dá título ao livro. Por que a Eva de Saint Savin, no Poitou (França central) tinha longa barba? O final do século XI e início do século XII foi o período em que o Ocidente ainda não havia aderido ao uso da barba, exceto penitentes, peregrinos e judeus. Nas línguas neolatinas, ainda hoje, discute-se, no plano etimológico, a origem da palavra **barba**. Estaria ligada ao conceito de “barbárie”? No século XII, o imperador Frederico I suscitava espanto com sua barba cor de ferrugem.

Evidentemente, estudar o problema da introdução da barba no Ocidente não parece pertinente aqui, mas a Eva barbada da Saint Savin aponta, além da moda e do costume, para o folclore. A Idade Média conheceu e venerou santas “barbadas”, assim como imagens de Cristo dotadas de atributos femininos. Isso tudo não era “monstruoso” ou curioso. Apontava para o ser originariamente perfeito, dotado de dupla característica. Afinal, a separação dos sexos, nessa linguagem mitológica, rompeu a primitiva completude do ser. Não é à toa que **sexo**, etimologicamente, associava-se ao verbo “seccionar”. Portanto, sem re-

sumir o ensaio em pauta, afirmamos que o autor, além da historiografia convencional, busca nas profundezas do imaginário a interpretação de que alguém poderia figurar a referida Eva de barba, salvo se (hipótese não descartada) a hesitação de um pintor tenha atribuído traços masculinos à figura.

Sendo uma coleção de ensaios, é impossível, nos limites destas linhas, ressaltar o valor específico de cada um deles. Ao resenhista, contudo, acreditamos reservar-lhe o direito de apontar sua preferência. Nesse caso, o ensaio desenvolvido no capítulo 5 é de grande valor, especialmente pela erudição com que o autor o redigiu: "O poder da palavra: Adão e os animais na tapeçaria de Gerona" (p. 109ss). Não vamos aqui resumi-lo, mas o texto é extraordinário.

Na verdade, todos os trabalhos deixam transparecer essa erudição. E a mesma não se restringe à historiografia da época. O autor incursiona por outros campos, demonstrando grande afinidade com a etimologia e, arriscaríamos dizer, até uma predileção no seu trato. Por isso, ao longo das páginas, reporta-se à raiz das palavras, na bela tradição de Isidoro de Sevilha (cf. pp. 36, 38, 128, 141, etc.). Claro que algumas etimologias parecem fantasiosas e, embora o autor não as assuma declaradamente, pelo menos deixa de fazer qualquer restrição, o que não deixa de ser um endosso.

Nessa coletânea de escritos, redigidos em ocasiões diferentes e publicados em diversas revistas, aqui e no exterior (vide "Procedência dos textos", p. 9), estão presentes coerência e unidade que podem ser percebidas ao longo de uma agradável leitura. Além dessa unidade temática, a abordagem de cada assunto segue um padrão pertinente, demonstrando a competência do autor no trato da matéria.

E que o mesmo nos desculpe pelo fato de só agora falarmos um pouquinho dele. Graduado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, demonstrou interesse, inicialmente, pela História Econômica, direcionando, depois, seus estudos para a Idade Média. É Doutor em História Medieval pela Universidade de São Paulo e professor na mesma universidade. Publicou diversos livros e suas pesquisas continuam contemplando os pontos ainda pouco estudados ao longo do vasto período medieval.

É evidente que o texto é indicado, prioritariamente, aos estudiosos da história e do pensamento ao longo da Idade Média. Mas, uma vez que os recursos metodológicos e conceituais utilizados abrangem diversas disciplinas (arte, antropologia, lingüística, psicologia, sociologia, etc), é um livro endereçado a um público mais amplo, especialmente nesta época em que o tratamento interdisciplinar é tão reclamado.

Paulo de Góes
Departamento de Filosofia